

## **Revista Nacional de Educação e divulgação da ciência**

Mariana Calazans Wanick

Mestranda em História pela UFES

Orientador: Antônio Carlos Amador Gil

marianacalazansw@gmail.com

### Resumo

Compreender o pensamento de Roquette-Pinto em seus papéis de educador e divulgador da ciência é o objetivo mais geral deste texto. O objetivo mais específico deste artigo é ponderar sobre as contribuições deste personagem nos âmbitos da educação e de propostas para o desenvolvimento da nação durante o período em que foi diretor do Museu Nacional. Inserimos essas questões na discussão mais ampla sobre os diferentes projetos de modernização e superação do atraso brasileiro que circularam durante a Primeira República. A Revista encampava um determinado projeto de construção da nação: a solução para os problemas nacionais é educar a todos. Para alcançarmos nosso objetivo analisaremos a Revista Nacional de Educação (1932-1934), que era distribuída gratuitamente por todo país a fim de concretizar a pretensão da epígrafe: ser “o conforto moral da ciência e da arte em todos os lares brasileiros”.

### *Palavras-chave*

Ciência; Identidade Nacional; saúde e educação; Revista Nacional de Educação.

### Abstract

This paper aims to understand the thought of Roquette-Pinto like an educator and scientific vulgarizer, especially at the moment he was the director of Museu Nacional. To achieve our goals we will analyze the Revista Nacional de Educação (1932-1934). The Magazine was freely distributed for all the country to be: “the moral comfort of science and art in all of brazilian homes”. Our purpose is to discuss the propositions of brazilian intellectuals from the early twentieth century about the Brazilian delay. The Magazine had a proposition of building the nation: the solution for the national problems is to educate everybody.

### *Key Words*

*Science; health and education; Revista Nacional de Educação.*

## ***Introdução***

Não é nosso objetivo nessa comunicação buscar respostas ou conclusões, mas apenas delinear as questões centrais de nosso projeto de pesquisa. Para alcançarmos esse fim, iniciaremos com uma breve apresentação do contexto dos primeiros anos da República, seguindo com uma pequena biografia do autor a fim de situá-lo no debate intelectual de sua época. Logo depois, abordaremos a relevância do Museu Nacional e da Revista Nacional de Educação na defesa de um projeto de modernização da nação brasileira.

Acerca da metodologia, o tratamento que daremos à Revista será norteado pela prática descrita por Tânia Regina de Luca em seu artigo: *Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo?* A autora evidencia o crescente uso dos periódicos em estudos, a produção é vasta, mas as maneiras de utilização e as perguntas dirigidas à documentação são bastante variadas. A imprensa tem deixado de ser encarada como receptáculo de informações e textos para tornar-se objeto de investigação, que funde fonte e objeto. Mais do que mapear conteúdos, ideias e trajetória de conceitos, essa proposta busca flagrar os intelectuais como atores dotados de historicidade, que se posicionaram de diferentes maneiras em relação aos dilemas de sua época. As revistas colaboram para a compreensão das redes de sociabilidade entre os intelectuais de determinada geração.

Nessa comunicação nos restringiremos à atuação de Roquette-Pinto na Revista. Não temos a pretensão de abordar de maneira mais aprofundada o período inicial de sua carreira, o foco de nosso trabalho não é analisar sua atuação como um antropólogo e sua teoria sobre antropologia física. É necessário pontuar, portanto, que o objetivo mais específico será sua atuação enquanto divulgador da ciência a partir de 1930 e, mais especificamente, sua atuação na Revista Nacional de Educação. De que maneira Roquette-Pinto se insere no debate intelectual dos anos 20 e 30 e como ele atua nesse período de transformações centrais no Brasil a partir de sua atuação na Revista Nacional de Educação?

Diversos autores discutem os primeiros anos da república brasileira e destacam a importância crucial desses anos para o debate sobre a formação da nação brasileira: Pécaut (1990); Oliveira (1990); Hochman&Lima (1996); Souza (2011), Carvalho (2005). Gomes (2010) em seu artigo *História, ciência e historiadores na Primeira República*, sintetiza bem algumas questões comuns colocadas por todos esses autores. Para a autora, as ideias e questionamentos do período que corresponde aos primeiros anos da república necessitam de uma nova interpretação, diferente da tradicionalmente consagrada imagem de “República Velha”. A autora nos lembra que periodizar é um ato de poder e a naturalização da expressão “República Velha” não é ingênua, mas teria sido um

projeto dos ideólogos autoritários das décadas de 20 e 40 e dos intelectuais do Estado Novo. Por isso, há a necessidade de uma retomada desse período a partir de uma nova perspectiva, como um dos momentos mais frutíferos e ricos para os debates de ideias políticas e culturais no país. A grande questão que se colocava à época era a de como superar o grande problema do atraso brasileiro. Porque, ao contrário do que comumente se pensa, a República Velha é um período de intensa busca por modernidade e de disputas por diferentes projetos de modernização. Outra colocação central da autora para a nossa pesquisa, é de que, apesar da disputa pelos projetos, havia na época um consenso em torno da importância da ciência como instrumento fundamental para qualquer tipo de progresso. No Brasil, portanto, a modernização e superação do atraso passavam pela importância de desenvolver a ciência.

O interesse em discutir nação e identidade nacional nas duas primeiras décadas do século XX no Brasil é justificado pela força que a questão tinha à época, como já sublinhamos anteriormente. Como destaca Tânia Regina de Luca em seu livro *A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*, os intelectuais brasileiros de início do século XX refletiram obstinadamente o Brasil a fim de abarcar sua especificidade. Sublinhavam os problemas, propunham soluções e defendiam diferentes sonhos e projetos de futuro. Esse, para a autora, é um movimento comum de momentos de crise, transformação ou ruptura, e se torna quase uma compulsão. A busca dos elementos fundadores e de originalidade da nação, a construção de uma identidade capaz de diferenciá-la no confronto com o outro e o esforço para compreender sua atuação no contexto mundial parecem ganhar um novo sentido em momentos de “crise”. Lilia Moritz Schwarcz (1993) sublinha que o período de transição do século XIX para o XX foi de bastante ebulição social, política e intelectual e a Guerra do Paraguai acelera as contradições do sistema. A desmontagem do sistema escravista, preocupação com a questão da mão de obra, o fim do Império, a convivência entre os antigos e novos centros econômicos do país. Gomes (2010) ressalta que os intelectuais da Primeira República assumem de modo obstinado o desafio de modernizar essa sociedade, fruto dessas profundas mudanças de fins do século XIX.

Pécaut (1990), Hochman&Lima (1996) e Oliveira (1990) destacam como característica predominante entre intelectuais das primeiras décadas do século XX a desilusão com a República e os rumos que ela havia tomado. Esse novo regime não apenas não correspondia aos sonhos desses intelectuais, como também os afastou das funções públicas. A vida republicana passou a ser “dominada” pelas oligarquias cafeeiras e seus interesses. Pécaut (1990) e Oliveira (1990) destacam que a Primeira Guerra exerce papel importante para a recolocação do problema da brasilidade na ordem do dia. Ao retornar como tema central, o nacionalismo adquire uma função militante, diferente

do nacionalismo ufanista e romântico de fins do século XIX. Este novo nacionalismo recoloca a questão da identidade nacional no sentido de buscar o rompimento com a herança europeia, em especial no que se refere às teses racistas, ainda muito presentes sob a influência de grandes nomes da transição para o século XX, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues. Nesse contexto, era praticamente inconcebível travar um debate intelectual que discutisse as questões nacionais e não tocasse na temática racial. Seja para elogiar ou, mais freqüentemente, para questionar ou lamentar sobre a condição do país enquanto uma nação mestiça. Era corrente a concepção de que um dos principais, senão o principal, responsável pelo atraso do Brasil era a mestiçagem e, conseqüentemente, os mestiços (SOUZA, 2008).

Carvalho (2005) nos dá uma ideia geral da discussão que se passava no início da república, o cientificismo juntamente com o determinismo geográfico e racial impediam ou pelo menos dificultavam a crença de que o Brasil, tropical e mestiço, fosse um competidor sério na corrida da civilização. A partir desse panorama geral é possível, esboçar as diferentes visões e proposições sobre o Brasil. Para alguns, a degeneração era inevitável, para outros ela poderia ser evitada pela imigração de elementos brancos e, ainda para outro grupo, o problema do atraso brasileiro não estava na miscigenação racial em si, mas nas condições de vida a que os mestiços brasileiros estavam submetidos e na falta de organização do território. O objetivo, tirar o Brasil do atraso, não mudou. A transformação se deu nos mecanismos utilizados para alcançar este fim. Alguns defenderam a imigração, predominantemente de elementos brancos; outros aderiram a campanhas civilizatórias, como a de Canudos ou o Movimento Sanitarista. Houve ainda os que se filiaram ao movimento modernista e outros que se vincularam aos movimentos de reforma educacional baseados em ideias norte-americanas: Escola Nova. Também devemos sublinhar aqueles que se vincularam a mais de um movimento desses. O que todos tinham em comum era a crença na necessidade de tirar o país do atraso em que ele se encontrava e, de fato, formar uma nação brasileira. Roquette-Pinto se posicionava contrariamente à forte influência das teorias de determinismo racial, ele sustentou que o problema brasileiro era uma questão de higiene e de educação, não de raça.

Primeiramente, cabe perguntar, como os contemporâneos de nosso autor lidavam com essa questão da nação no Brasil. Será que consideravam o Brasil como uma nação? Para Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima (1996) o debate sobre identidade nacional ocupou um espaço privilegiado no Brasil da Primeira República, era corrente afirmar que o país não constituía uma nação. Era, no máximo, uma reunião de províncias pouco integradas que haviam sido transformadas em estados e agrupadas pela constituição republicana de 1891. Essa constatação se tornou cada vez

mais comum com as diversas expedições científicas feitas com o objetivo de “desbravar” o interior. Como exemplos podemos citar as viagens científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, como a de Belisário Penna e de Arthur Bernardes (1912), e, até mesmo, a Comissão Rondon, expedição da qual Roquette-Pinto participou também no ano de 1912.

A partir da viagem ao interior, Belisário Penna e Arthur Neiva afirmam em seu relatório de viagem que perceberam o abandono, o tradicionalismo e a ausência de qualquer sentimento de identidade nacional nesses sertanejos. “Raro o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra. Pernambuco outra (...) A única bandeira que conhecem é a do divino” (PENNA&NEIVA apud HOCHMAN&LIMA, 1996:30). Esses homens do interior se veem abandonados e sem assistência alguma, não têm: escolas, estradas, polícia, cuidados médicos ou higiênicos. Esses homens do sertão, sertanejos, só têm contato com o Estado no momento da cobrança de impostos, nesses aspectos coercitivos.

Uma das principais tendências desse período, com a qual Roquette-Pinto comunga, compreende a doença como problema crucial para a construção da nacionalidade. Esse movimento agrega importantes setores da elite intelectual, que depois formarão a Liga Pró-Saneamento (1918), e assinala a necessidade de integrar o homem do interior ao país. A visão desses intelectuais sobre o sertão não é idealizada como a dos nacionalistas românticos e ufanistas. O sertanejo era, ao mesmo tempo, forte e rude. Era rude por sua carência de civilização. Ainda de acordo com esses autores, a ruptura com essa visão do campo enquanto um local idílico e exuberante ocorre com a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902), que foi uma das referências basilares para o pensamento de Roquette-Pinto.

Dessa maneira, embora Roquette considerasse *Os Sertões* como o grande livro do Brasil, considerava equivocada a condenação da miscigenação feita por Euclides. Roquette-Pinto se posicionava contra a ideia central dessa grande obra, de que as “raças fracas” seriam fatalmente esmagadas pelas “raças fortes”. A grande ilusão de Euclides foi considerar inferior gente que era só atrasada e ignorante. A relação ambígua de Roquette-Pinto com a obra de Euclides sintetiza bem sua visão acerca da questão racial do Brasil, o problema estava no atraso em que viviam as populações sertanejas e não na inferioridade intrínseca ao caráter racial. Ela convive com outras interpretações, inclusive, aquelas que ainda defendiam a tese do branqueamento ainda eram presentes e ganhavam terreno entre intelectuais da época (STEPAN, 2005).

O grande símbolo desse movimento é o personagem “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato. A história desse personagem representa de maneira exemplar a influência do movimento sanitário no meio intelectual da época. Inicialmente, “Jeca Tatu era pobre, ignorante, sujo e mestiço (STEPAN, 2005:167)”. Mas, por volta de 1918, ano da fundação da Liga Pró-Saneamento, Monteiro Lobato

muda sua opinião sobre “Jeca Tatu”. Ele não é preguiçoso e indolente por pertencer a “um tipo degenerado” ou a “uma raça degenerada”. O problema de seu personagem, que representava o homem do sertão brasileiro, era a falta de alimentação; as doenças, especialmente a ancilostomose; e a falta de saneamento (STEPAN, 2005). O Jeca Tatu, que representa o sertanejo, não é inerentemente inferior ou ruim, mas está improdutivo e indolente devido às condições em que vive. E, desta maneira, a responsabilidade por esse comportamento dos “Jecas” do Brasil é da República Oligárquica, que não soube integrar esses homens ao país.

É crucial para entendermos as ações de Roquette-Pinto no âmbito da divulgação científica, compreender sua posição contrária à noção de que o mestiço era o principal culpado pelo atraso brasileiro. De acordo com Giralda Seyferth (2008) em seu artigo *Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil*, para Roquette-Pinto o principal problema brasileiro não é racial nem demográfico, mas de organização nacional, inspirado em Alberto Torres, grande influência de sua obra. A educação e a higiene são apontadas como maneiras de atingir o progresso e tornar os trabalhadores brasileiros, mestiços, mais eficientes. A partir desse raciocínio, nosso autor não se opõe à imigração, mas não a considera fundamental para o desenvolvimento da nação. A eficiência dos brasileiros poderia ser a mesma dos outros, desde que tivessem acesso às condições básicas de saúde e higiene e que também pudessem ter educação.

A crença de que o atraso brasileiro não era fruto de uma inferioridade racial intrínseca norteia toda sua obra, tanto em seus primeiros anos de carreira, marcados por sua produção antropológica, quanto em sua maturidade, mais caracteristicamente marcada por sua atuação enquanto divulgador da ciência. É com o intuito de educar essas populações alijadas da civilização e, por isso, vista por um grupo como inferiores, que Roquette-Pinto toma uma série de medidas e empreende várias ações de divulgação científica e educação.

### ***Afinal, quem foi Roquette-Pinto?***

Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro em 1884 e faleceu na mesma cidade em 1954. Foi médico, antropólogo, grande entusiasta do rádio, educador, cientista. Enfim, atuou em uma infinidade de áreas e instituições: trabalhou no Museu Nacional (1906-1935) e, de 1926-1935 foi diretor desta instituição. Assumiu a função de diretor do Instituto do Cinema Educativo (1936-1947); foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências; participou da Academia Brasileira de Letras; da

Comissão Rondon em 1912; do Congresso Internacional das Raças em Londres (1911) e da Liga Pró-saneamento do Brasil, que coordenou a campanha pela criação do Ministério da Saúde. Foi também o pioneiro da radiodifusão no Brasil e grande entusiasta da utilização do rádio enquanto instrumento educativo das populações que viviam nas regiões mais remotas e distantes (DE SÁ; LIMA, 2008). Além disso, podemos destacar sua atuação como diretor da Revista Nacional de Educação (1932-1934), publicação organizada pelo Museu Nacional enquanto era diretor da Instituição. Suas principais obras são: *Rondonia, Ensaios Brasileiros e Ensaios de Antropologia Brasileira*. A multiplicidade de funções e o entusiasmo com a ciência, a educação e a crença na necessidade de contribuir para a formação e a afirmação do Brasil enquanto nação foram características que colaboraram significativamente para a opção por estudar Roquette-Pinto.

Souza (2011) defende que a busca de Roquette-Pinto pelo Brasil se baseava na elaboração de um retrato antropológico, empírico e objetivo, sobre as características raciais da população brasileira. Esse retrato se construiria com base nos métodos e concepções científicas advindas das ciências naturais. Concepção cientificista, atrelada ao positivismo. Seus trabalhos são, em grande parte, empíricos, etnográficos, de coleta de dados. Nesse sentido, difere de boa parte de seus contemporâneos que costumavam escrever ensaios e obras de cunho mais literário. Souza (2011) ainda destaca que, apesar de pouco conhecido pela historiografia, foi considerado por seus contemporâneos como importante protagonista no debate sobre ideias raciais. Gilberto Freyre, no prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, evidencia a influência de Roquette-Pinto e Franz Boas em sua obra. A importância de Roquette-Pinto está em afirmar que não eram simplesmente cafuzos ou mulatos, aqueles que Freyre julgava representar o Brasil, mas cafuzos ou mulatos doentes. Teria aprendido com Boas, forte influência na obra de Roquette-Pinto, a diferença entre raça e cultura, discriminar os efeitos de relações puramente genéticas os de influências sociais e do meio. Freyre afirma que seu ensaio se fundamenta nessa diferenciação e as relações entre as raças, no Brasil, estava muito mais ligada às questões econômicas do que de raça ou religião (FREYRE, 2006).

È possível inferir que, para Roquette-Pinto, o que havia de mais “tradicional” e representativo do Brasil e de seu povo era o sertanejo, o homem do interior. Esse homem, mestiço, encampava o que havia de mais original em nosso país. Para ele, o fato desse símbolo ser mestiço não consistia em um problema, ele não era intrinsecamente inferior por isso. E, desta forma, nossa nação em construção não estaria fadada ao fracasso. A questão era a falta de condições mínimas em que esses homens viviam. ““ O “Jeca Tatu” é um excelente representante desta “geração”: “ele não era assim, mas estava assim”.

Moreira; Massarani e Aranha (2008) reafirmam a faceta de Roquette-Pinto enquanto divulgador da ciência e destacam uma fala do próprio antropólogo em que ele afirma nunca ter perdido o interesse pela sua ciência predileta, a antropologia. Ocorre que, já na maturidade, Roquette-Pinto afirma que seu principal objetivo é divulgar os conhecimentos da ciência moderna às camadas populares, entregar a ciência ao povo. De que maneira esse projeto de educação se apresenta como uma via de construção para a nação? Qual era a legitimidade desta alternativa de construção da nação pela educação em um contexto de amplas discussões sobre o atraso brasileiro e a necessidade de superá-lo?

É possível destacar sua atuação no sentido de oportunizar o acesso ao Museu Nacional para as escolas, especialmente as escolas públicas à época em que era diretor da instituição. E, para isso, buscou adaptar o Museu para receber esse público específico, buscando transformá-lo em um museu pedagógico e educativo como nos lembram De Sá & Lima (2008); Barreto & Carvalho (2013); Rangel (2014).

### *O Museu Nacional e a divulgação da ciência*

Em consonância com a perspectiva de Bourdieu e sem perder de vista nosso interesse primordial: investigar as ações e propostas de Edgard Roquette-Pinto no âmbito da educação, da divulgação científica e da construção de um projeto de nação para o Brasil, é mister compreendermos melhor o Museu Nacional. Como já afirmamos anteriormente, a instituição foi um dos principais lugares de atuação de nossa personagem. Cabe, portanto, refletirmos que instituição era essa e brevemente lembrarmos como foi criada e as funções que exerceu ao longo de sua existência. Isso para delinear o seu papel no conjunto de outras instituições científicas semelhantes e sua relação com o Estado.

Entre 1870 e 1930, os museus nacionais: Museu Paraense de História Natural, Museu Nacional do Rio de Janeiro e Museu Paulista, desempenharam importante papel como locais dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das ciências naturais (SCHWARCZ, 1993). Com exceção do Museu Nacional, cuja criação está vinculada à vinda de D. João VI para o Brasil em 1808, os demais foram criados em meados do século XIX. O Museu Paraense foi fundado em 1866, em local de forte presença e interesse dos naturalistas, a Floresta Amazônica, e o Museu Paulista em 1894. A década de 1890 é comumente lembrada como a época áurea dos museus, que coincide com

sua valorização a nível internacional. Como nos lembra Schwarcz (1993), até meados do século XIX, a ciência feita no e sobre o Brasil era realizada por viajantes estrangeiros que vinham ao país exclusivamente para coletar espécimes exóticos de plantas, animais, minerais e também materiais etnográficos.

É importante sublinhar que essas três instituições, citadas anteriormente, cumpriram papel relevante no incentivo de pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país. Também representaram um ideal de cientificidade, bastante estimado e buscado durante a virada do século XIX para o XX, como sublinhamos acima na seção sobre a antropologia roquetteana. A discussão sobre o homem brasileiro também era presente nesses museus. Era comum que os antropólogos dos museus compreendessem o país como um imenso arquivo de documentos originais e essenciais para o estudo das “etapas atrasadas” da humanidade. Roquette-Pinto compartilhava dessa concepção, que é perceptível quando, em seu livro *Rondonia*, afirmou ser necessário tirar um “instantâneo” dessas populações “primitivas” que viviam no interior do país, antes que elas desaparecessem. Como debatemos acima, em nosso país, a evolução social se viu associada ao problema da raça, suas teorias e possíveis implicações. O paradoxo em conviver e acreditar, mesmo que de maneira original e heterodoxa, em teorias que levavam ao próprio descrédito e confirmação da inviabilidade da nação, marcavam essas instituições de saber e os profissionais a ela vinculados. A partir da questão racial que a produção desses museus vaza e, por muitas vezes, engrossaram o coro das análises deterministas.

Ainda de acordo com Schwarcz (1993) e Duarte (2010), destacamos que os anos 20 foram o momento de refluxo da relevância dos museus em âmbito nacional. Tornam-se menos ambiciosos, perdem sua pretensão enciclopédica inicial. Além disso, na década de 20 tornam-se evidentes as fragilidades dessas instituições, a falta de verba pública e a menor importância que tinham em detrimento a outros centros de ciência, que se voltavam mais para o desenvolvimento de um saber aplicado. Schwarcz (1993) ecoa as palavras Lacerda, que afirma não haver recursos, formação técnica apropriada e vocação dos jovens. Mas, por sua vez, sobrava avareza por parte dos poderes públicos, que remuneravam mal esses trabalhos.

Como o foco de nosso trabalho é contribuir com a análise sobre Edgard Roquette-Pinto, daremos mais atenção ao papel do Museu Nacional do Rio de Janeiro, local em que nosso autor atuou por boa parte de sua carreira (1906-1935). Cabe, neste momento, um esforço de compreensão sobre o Museu Nacional, como foi criado, como se desenvolveu e que papéis adquiriu ao longo de sua existência. Ainda recordando Bourdieu, qual o local que a instituição e seus funcionários

ocuparam à época de Edgard Roquette-Pinto? Será que nosso personagem propôs e conseguiu efetuar alguma transformação nessa instituição?

Lopes (2009) e Schwarcz (1993) afirmam que o Museu Nacional foi criado pelo decreto de D. João em 1808, instalado no prédio em que hoje se situa o Arquivo Nacional. A instituição iniciou com uma modesta coleção doada por D. João VI. Nesse momento, o papel da instituição era, sobretudo, comemorativo, sem qualquer preocupação com a classificação ou análise dos objetos. Apenas em meados do século XIX, o referido período de valorização dos museus, época da criação de outras instituições desse modelo no país, que o Museu Nacional passa a adequar-se aos padrões europeus. Essa reorganização ocorre entre as gestões de Ladislau Netto (1874-1893) e Batista de Lacerda (1895-1915). “Reinaugurado em meados dos anos 70, o Museu Nacional representa um dos exemplos de museu profissionais nacionais que se estruturaram visando reproduzir as deliberações dos centros estrangeiros” (SCHWARCZ, 1993, p.78). É nesse momento em que o museu contrata novos profissionais, espaço aparelhado para cumprir seu novo fim científico. Vale ressaltar que nessa época foram criados os Archivos do Museu Nacional, revista trimestral organizada a partir de 1876 com o objetivo de promover o debate sobre as descobertas do museu. Inicialmente havia mais espaço para as ciências físicas e naturais, depois a antropologia vai, progressivamente, conquistando maior destaque e relevância. Mas, a antropologia desse museu se aproximava mais das ciências naturais.

Sobre o caso específico do Museu Nacional, Schwarcz (1993) e Duarte (2005) ressaltam que durante os anos 20 ele também sofreu com a precarização e a pouca relevância que o governo despendia à instituição. Apesar do reconhecimento da importância da ciência como saber essencial à construção da nação e estratégico por influenciar diversas ações políticas, era visto como pouco valorizado pelas autoridades públicas e até mesmo pela população. Essa foi uma das motivações dos intelectuais defenderem um Estado forte. A necessidade de um Estado centralizador que valorizasse e investisse em ciência.

Mas, um novo momento de reconhecimento e destaque teria se consolidado a partir de fins da década de 20 com a atuação de Edgard Roquette-Pinto como diretor. A afirmação das autoras é fundamental para nos auxiliar na compreensão do papel de nosso autor enquanto diretor do Museu e também da forma que a instituição adquiriu sob sua direção. Além disso, também é mister refletirmos sobre as propostas e mudanças que realizou. A atuação de Edgard Roquette-Pinto como diretor do Museu Nacional foi marcada por sua perspectiva antropológica, crítica aos determinismos racial e climático. Para o antropólogo, o grande problema da nação não se

relacionava com a mestiçagem racial do povo brasileiro, mas com a falta de saúde, educação e higiene. Portanto, como já dito na seção anterior quando discutimos o contexto de formação do pensamento de nosso autor, para ele, o problema não era intrínseco à mestiçagem, mas de organização social. Ausência de uma preocupação sistematizada dos governos para com essas populações, por tanto tempo alijadas do contato com o moderno e marginalizadas. É imprescindível reiterar essa questão neste momento, pois a atuação do antropólogo enquanto diretor é norteadada pela necessidade de educar essas populações. Portanto, sua atuação no museu deve ser compreendida a partir dessa perspectiva e, é a partir dela, que se diferencia das ações e proposições dos diretores anteriores.

A atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional foi bastante longa, durou trinta anos. Inicia-se em 1905 e encerra-se em 1935, neste ínterim, o antropólogo foi diretor da instituição por quase dez anos (1926-1935). De Sá&Lima (2008) destacam a gestão de Roquette-Pinto no Museu Nacional por sua concepção do museu como um espaço pedagógico, educativo. Teresa Raquel de Carvalho e Maria Renilda Nery Barreto em seu artigo: *A circulação e a divulgação do conhecimento de Edgard Roquette- Pinto* reforçam a posição de Sá&Lima (2008) ao afirmarem que o antropólogo lançou mão de diversas estratégias e meios de comunicação em prol da divulgação da ciência: conferências, textos, revistas, filmes, programas de rádio e exposições. Sublinham ainda que, apesar de ter havido certa abertura no Museu Nacional desde 1870 com Ladislau Netto, foi nos anos 20, sob a direção de Roquette-Pinto, que o museu passou a atingir um público mais diversificado, em especial de professores e alunos das escolas públicas. Havia a exibição de filmes produzidos pelo próprio antropólogo durante sua viagem exploratória aos sertões do Mato Grosso em 1912. O Museu Nacional durante o período de atuação de nosso autor não se limitava apenas a falar para um estreito círculo de cientistas que se interessavam pelas exposições e pela ciência produzida naquela instituição. Mas, procurava também divulgar esses conhecimentos e tornar a exposição mais compreensível para um público menos especializado a partir da confecção de um “pequeno” manual de apoio, como destaca Jorge Antônio Rangel em seu artigo, *Ciência e educação na construção do Museu Social Republicano: A experiência de geração de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Esse manual era um resumo elementar de informações sobre as exposições a fim de que a passagem pelo museu pudesse adquirir sentido para o público mais amplo.

Moreira; Massarani e Aranha (2008) reiteram uma importante faceta do multifacetado Roquette-Pinto, a de divulgador da ciência. O antropólogo iniciou essa busca pela divulgação da ciência cedo, desde 1906, quando começou a trabalhar no Museu Nacional e continuou por toda

vida. Em suas ações, como já citado anteriormente, fez uso das novas tecnologias do momento, como o rádio e o cinema. Os autores destacam que em uma espécie de resumo autobiográfico no final de sua vida, Roquette-Pinto afirma nunca ter perdido o interesse pela antropologia, sua ciência predileta. Ele parece seguro de seu lugar de prestígio em relação à sua contribuição sobre a questão racial no Brasil. E reitera que seu desejo, a esta altura de sua vida, é divulgar os conhecimentos da ciência moderna às camadas populares, entregar a ciência ao povo. Ainda de acordo com esses autores, as décadas de 20 e 30 foram as mais prolíficas no que se refere à história da divulgação científica no Brasil. Foi um dos raros momentos em que lideranças da comunidade científica dedicaram-se, mesmo que parcialmente, a esta atividade. Isso é perceptível pela participação ativa de membros da própria Academia Brasileira de Ciências.

Inserido nesse propósito de divulgação da ciência, durante sua atuação como diretor do museu, é de suma relevância destacar a criação da Revista Nacional de Educação em 1932. Analisar o periódico a partir da concepção de Edgard Roquette-Pinto sobre a educação, a divulgação e seu projeto de nação é o cerne de nossa pesquisa. Portanto, analisaremos a revista mais detalhadamente no capítulo III. Por hora, cabe apenas ressaltarmos os aspectos centrais e a situarmos em meio a outras atividades propostas pelo Museu. Sobre a revista, Regina Horta Duarte escreve o artigo: *Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)*. Neste texto a autora coloca que a Revista foi publicada de 1932 a 1934 pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, ela veiculava conteúdos de arte, ciência e história para um público mais amplo. Eram publicados cerca de 16 artigos por volume e 21 números, de outubro de 1932 a junho de 1934. Em todos os números havia a seguinte epígrafe de Roquette-Pinto: “em todos os lares do Brasil, o conforto moral da ciência e das artes.”

Essa revista deve ser compreendida como iniciativa de uma República renovada, como estratégia de inaugurar novas relações entre governo e a população a ser educada. Sintonizada ao ideal de um Estado cuja ação pedagógica visasse à constituição de um povo e uma nação. Portanto, a revista era uma publicação mensal sob a direção de Roquette-Pinto e financiada pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública com a verba da censura cinematográfica, fruto do decreto 21.240 de abril de 1932 formulado por Francisco Campos e Oswaldo Aranha e assinado por Vargas. A distribuição era gratuita e procurava cobrir boa parte do território brasileiro desafiando as dificuldades de comunicação e integração características do Brasil dos anos 30.

Regina Horta Duarte em seu livro *A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil-1926-1945*, evidencia a

atuação de Roquette-Pinto no Museu e sublinha que “com uma visão autoritária, marcada por verdadeira obsessão pedagógica e por voluntarismo, acreditavam que medidas adequadas dirigidas à população poderiam trazê-la à cena em sua “verdade” mais profunda” (DUARTE, 2010, p.15). A visão autoritária da qual falamos se encaixa na perspectiva de defesa de um Estado forte em contraposição ao governo liberal e descentralizado característico da Primeira República. A crítica a esse modelo era acompanhada pela defesa de um governo que fosse mais ativo, forte e encampasse as necessidades de educação, saúde, saneamento e higiene da população. O Estado, segundo Duarte (2010), deveria ser guiado pelos interesses coletivos, capaz de gestar as condições para que a nação brasileira pudesse deslanchar e os cientistas deveriam guiar esse processo. Essa missão pedagógica do Museu, encampada por Roquette-Pinto durante sua gestão, utilizou diversas mídias e possibilidades de acesso dos saberes à população em geral e o tema organizador que perpassou e motivou ações desse tipo foi a Nação Brasileira. A questão latente que se colocava: como solucionar o problema das populações doentes, ignorantes e privadas do acesso ao desenvolvimento? Duarte (2010) afirma que essas atividades pedagógicas e, por que não dizer, de divulgação da ciência, foram vistas como verdadeiras estratégias políticas.

A partir de sua perspectiva, já ressaltada anteriormente, sobre o problema brasileiro: não era uma questão de raça, mas de higiene e educação. Defendemos, juntamente com Schwarcz (1993), Duarte (2010) e também a partir da leitura e análise da Revista Nacional de Educação, que Edgard Roquette-Pinto conseguiu atrair novamente credibilidade e atenção para o Museu Nacional. Essa atração ocorreu por uma modificação na concepção do problema central do país e também, por consequência, por uma mudança na compreensão do papel do museu, quais seriam suas atribuições e como ele deveria interagir com a sociedade. A aproximação do museu com a população, por meio da divulgação da ciência (educação, higiene, conhecimentos básicos sobre a nação) foi, portanto, estratégia de intervenção na sociedade a partir da concepção teórico-prática que os guiava e do projeto de nação e desenvolvimento que defendiam. A partir de Duarte (2010), também reforçamos que essa estratégia contribuiu para fortalecer a posição do Museu Nacional dentro do novo governo, que surgiu após a Revolução de 30. O grupo dessa instituição, liderado por Roquette-Pinto, pleiteou e, por um tempo, conseguiu um lugar de destaque no projeto do novo governo. “Unindo biologia, iniciativas pedagógicas e negação do conflito social, o Museu Nacional conseguiu tornar-se parceiro respeitado pelo governo, em especial pelo Ministério de Educação e Saúde Pública” (DUARTE, 2010, p.19).

A Revista Nacional de Educação, nosso principal objeto, é um dos produtos dessa parceria. Compreendemos a Revista como fundamental para a trajetória de Roquette-Pinto e também para a

relação entre o Museu Nacional e o novo Governo Federal. A Revista, enquanto plataforma do projeto do Museu e de seu diretor foi reconhecida pelo novo governo, que compreendeu a revista enquanto instrumento e esforço para a consolidação da nação. Essa conclusão é possível a partir da observação da presença de depoimentos de algumas figuras proeminentes do novo regime na revista, como Francisco Campos e Getúlio Vargas.

### Fontes:

Revista Nacional de Educação. Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1932-1934.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, Jaime; Massarani, Luiza; Moreira, Ildeu de Castro. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

BARRETO, Maria Renilda Nery; CARVALHO, Teresa Raquel. *A circulação e a divulgação do conhecimento de Edgard Roquette- Pinto*. In: 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [www.14snhct.sbhc.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1826](http://www.14snhct.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1826). Acesso em: 11/07/2016.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COIMBRA JR., Carlos E. A; LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura. *Rondonia de*

Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

DE SÁ, Dominichi Miranda; LIMA, Nísia Trindade. Roquette-Pinto e sua geração na República das Letras e da Ciência. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação científica e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DUARTE, Regina Horta. *Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)*. **História, Ciências e Saúde**, vol.11, n.1, 2004.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das Ciências no Brasil. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 51ª Ed. rev.- São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela Maria de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010, v. 1.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. FIOCRUZ/CCBB, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Ciência Brasileira: Sensibilidade e narrativa da História da Ciência na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Natal: ANPUH, 2013. (Comunicação oral).

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2013.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. *Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo?* In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREIRA, I. de C. e MASSARANI, L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, L., MOREIRA, I. de C. e BRITO, F. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia a UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, 2002, p. 43-64.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RANGEL, Jorge Antônio. *Ciência e educação na construção do Museu Social Republicano: A experiência de geração de Edgard Roquette-Pinto no Museu Nacional do Rio de Janeiro*. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/CIENCIA%20E%20EDUCACAO%20NA%20CONSTRUCAO%20DO%20MUSEU%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 11/07/2016.

SANTOS, Ricardo Ventura dos. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: DE SÁ, Dominichi Miranda; Lima, Nísia Trindade (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. 2010.382f. RJ: tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), FIOCRUZ,2010.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.